



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08.10.01-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00004.20250827/0001-64

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO JAGUARIBE-CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ADAPTADOR DE COLETA A VÁCUO	10.0	Caixa	95,65	956,50
ADAPTADOR DE COLETA A VÁCUO. MODELO PADRÃO (SEM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA); NÃO ESTÉRIL; COR NEUTRA; CAIXA C/ 250 UNIDADES.					
2	AGENTE DESPROTEINIZANTE	10.0	Frasco	81,61	816,10
AGENTE DESPROTEINIZANTE PARA LIMPEZA DO SISTEMA HIDRÁULICO EM CONTADOR DE CÉLULAS FRASCO COM 50ML - DETERGENTE ENZIMÁTICO, USADO PARA LIMPAR A EXTREMIDADE DA PIPETA DE REAGENTES E ANULAR O TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE REAGENTE.					
3	AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE	60.0	Caixa	82,13	4.927,80
AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO 25 X 7 MM 21 G (CX C/100 UNID). CARACTERÍSTICAS: ESTÉREIS; LIVRES DE PIROGÊNIOS; AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRIFACETADA. COR: PRETA. DIMENSÕES: 25X0,7MM					
4	AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE	10.0	Caixa	121,37	1.213,70
AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO 25 X 8 MM 21 G (CAIXA C/100 UNID). CARACTERÍSTICAS: ESTÉREIS; LIVRES DE PIROGÊNIOS; AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRIFACETADA. COR: PRETA. DIMENSÕES: 25X0,8MM.					
5	ANTICOAGULANTE FLUORETO	2.0	Frasco	48,00	96,00
ANTICOAGULANTE FLUORETO, SOLUÇÃO PRONTO USO DESTINADA A PREVENIR A COAGULAÇÃO DO SANGUE APÓS A COLETA. CONCENTRAÇÃO: EDTA SÓDICO 5% + CITRATO DE SÓDIO 3,8%. VOLUME: 20ML+A1:D70.					
6	ANTICOAGULANTE EDTA	2.0	Frasco	74,45	148,90
ANTICOAGULANTE EDTA, SOLUÇÃO PRONTO USO DESTINADA A PREVENIR A COAGULAÇÃO DO SANGUE APÓS A COLETA. CONCENTRAÇÃO: EDTA SÓDICO 5%. VOLUME: 20ML.					
7	ANTÍGENO PARA VDRL	10.0	Frasco	80,89	808,90
ANTÍGENO PARA VDRL, PRONTO PARA USO, 5ML (REAGENTE PRONTO PARA USO NA REAÇÃO DE VDRL).					
8	CÂMARA DE NEUBAUER-ESPELHADA	1.0	Unidade	379,75	379,75
CÂMARA DE NEUBAUER-ESPELHADA - UTILIZADA PARA CONTAGEM DE CÉLULAS HEMATOLÓGICAS MANUALMENTE.					
9	CORANTE PARA HEMATOLOGIA	2.0	Unidade	66,61	133,22
CORANTE PARA HEMATOLOGIA INSTANT PROV Nº 01, 500ML (SOLUÇÃO DE TRIARILMETANO A 0,1% - 500 ML).					



10	CORANTE PARA HEMATOLOGIA	2.0	Unidade	59,38	118,76
CORANTE PARA HEMATOLOGIA INSTANT PROV Nº 02, 500ML (SOLUÇÃO DE XANTENOS A 0,1% - 500 ML).					
11	CORANTE PARA HEMATOLOGIA	2.0	Unidade	59,38	118,76
CORANTE PARA HEMATOLOGIA INSTANT PROV Nº 03, 500ML (SOLUÇÃO DE TIAZINAS A 0,1% - 500 ML).					
12	DETERGENTE PARA USO EM APARELHO DE HEMATOLOGIA	20.0	Unidade	80,47	1.609,40
DETERGENTE PARA USO EM APARELHO DE HEMATOLOGIA AUTOMÁTICO DO TIPO ZYBIO - SOLUÇÃO DETERGENTE ENZIMÁTICA CONCENTRADA PARA LIMPEZA, DESCONTAMINAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONTADORES DE CÉLULAS AUTOMÁTICOS.					
13	DETERGENTE NEUTRO PARA LAVAGEM DE VIDRARIA	10.0	Galão	186,33	1.863,30
DETERGENTE NEUTRO PARA LAVAGEM DE VIDRARIA, GALÃO 5 LITROS - DETERGENTE LABORATORIAL CONCENTRADO, NÃO ESPUMANTE, PARA LIMPEZA MANUAL E AUTOMÁTICA, QUE REMOVE PROFUNDAMENTE CROSTAS E SUJIDADES.					
14	SOLUÇÃO LISE	10.0	Frasco	414,25	4.142,50
LISE DO TIPO ZYBIO Z3 OU SIMILAR EM FRASCO C/ 500ML - SOLUÇÃO LISE PARA CLASSIFICAÇÃO DE CÉLULAS.					
15	SOLUÇÃO DILUENTE	20.0	Galão	373,55	7.471,00
DILUENTE DN PARA APARELHO DE HEMATOLOGIA ZYBIO, GALÃO COM 20 LITROS - REAGENTE LISANTE. HEMOLISANTE PARA HEMOGRAMA PARA ANALISADOR ZYBIO Z5, FRASCOC/ 500ML.					
16	ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA	5.0	Unidade	20,88	104,40
ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA TAMANHO P - INDICADA PARA LIMPEZA DE BECKER, PROVETA, BALÕES, FRASCOS, TUBOS, BURETAS E ENTRE OUTROS. CABO DA ESCOVA EM ARAME GALVANIZADO.					
17	ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA	5.0	Unidade	28,65	143,25
ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA TAMANHO M - INDICADA PARA LIMPEZA DE BECKER, PROVETA, BALÕES, FRASCOS, TUBOS, BURETAS E ENTRE OUTROS. CABO DA ESCOVA EM ARAME GALVANIZADO.					
18	ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA	5.0	Unidade	39,18	195,90
ESCOVA PARA LAVAGEM DE VIDRARIA TAMANHO G - INDICADA PARA LIMPEZA DE BECKER, PROVETA, BALÕES, FRASCOS, TUBOS, BURETAS E ENTRE OUTROS. CABO DA ESCOVA EM ARAME GALVANIZADO.					
19	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO	5.0	Unidade	61,18	305,90
ESTANTE PARA 24 TUBOS DE ENSAIO REVESTIDO EM PVC (TAMANHO 10,5CM X 7,5CM ALTURA 5CM) - CONFECCIONADA EM PLÁSTICO TIPO POLIPROPILENO (PP) RÍGIDO DE ALTA DENSIDADE.					
20	FUCSINA FENICADA ZIEHL NEELSEN	1.0	Frasco	107,21	107,21
FUCSINA FENICADA ZIEHL NEELSEN 500ML OU 1000ML - SOLUÇÃO UTILIZADA NA TÉCNICA DE COLORAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE ZIEHL PARA IDENTIFICAR O BACILO DE KOCH, CAUSADOR DA TUBERCULOSE. A FUCSINA É ABSORVIDA E RETIDA PELO BACILO E RESISTE POSTERIORMENTE A AÇÃO DO DESCORANTE (ÁLCOOL ÁCIDO) 500ML.					
21	FITA PARA URINÁLISE	30.0	Caixa	82,46	2.473,80
FITA PARA URINÁLISE 10 PARÂMETROS (CAIXA COM 100 UNIDADES) - TIRAS TESTE PARA A DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE DEZ PARÂMETROS NA URINA: LEUCÓCITOS, UROBILINOGÊNIO, BILIRRUBINA, SANGUE OCULTO, NITRITOS, PH, DENSIDADE ESPECÍFICA, PROTEÍNA, GLICOSE E CETONAS. DESSECANTE (SÍLICA GEL).					
22	TESTE RÁPIDO DE HCG	12.0	Caixa	104,46	1.253,52
TESTE RÁPIDO DE HCG - CAIXA COM 25 TIRAS. ENSAIO IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DA GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG) EM AMOSTRAS HUMANAS DE SORO, PLASMA OU URINA. SENSIBILIDADE MÍNIMA: 25 MUI/ML. DESTINADO COMO AUXILIAR NA DETECÇÃO PRECOCE DE GRAVIDEZ. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 25 TIRAS REAGENTES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, CONTENDO TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO, PRONTO PARA USO.					
23	COLORAÇÃO DE ZIEL-NILSEN	2.0	Kit	183,53	367,06
COLORAÇÃO DE ZIEL-NILSEN, KIT CONTENDO 3 FRASCOS DE 500ML - AZUL DE METILENO, FUCSINA E ÁLCOOL-ÁCIDO. SISTEMA PARA COLORAÇÃO DE BACTÉRIAS ÁLCOOL-ÁCIDO RESISTENTES EM ESFREGAÇOS DE MATERIAL COLHIDO NAS DIVERSAS ÁREAS DO ORGANISMO E ESFREGAÇOS DE MEIO DE CULTURA.					
24	KIT COLESTEROL HDL	15.0	Kit	46,33	694,95
KIT COLESTEROL HDL COM 200 DETERMINAÇÕES, 01 REAGENTE PRECIPITANTE DE 50ML.					



25	KIT ASLO	6.0	Kit	48,43	290,58
KIT ASLO - AGLUTINAÇÃO PELO LÁTEX, FRASCO DE 2ML.					
26	KIT COLESTEROL TOTAL	36.0	Kit	111,14	4.001,04
KIT COLESTEROL TOTAL - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE COLESTEROL EM FRASCO DE 200ML.					
27	KIT FATOR REUMATOIDE	10.0	Kit	94,27	942,70
KIT FATOR REUMATOIDE - AGLUTINAÇÃO PELO LÁTEX EM FRASCO DE 2,5ML.					
28	KIT PARA ACIDO ÚRICO	36.0	Kit	83,77	3.015,72
KIT PARA ACIDO ÚRICO - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE ACIDO ÚRICO FRASCO 100ML.					
29	KIT PARA BILIRRUBINA ENSAIO COLORIMÉTRICO	6.0	Kit	94,38	566,28
KIT PARA BILIRRUBINA ENSAIO COLORIMÉTRICO - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE BILIRRUBINA, FRASCO DE 370ML.					
30	KIT PARA CREATININA	12.0	Kit	81,13	973,56
KIT PARA CREATININA - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE CREATININA, FRASCO DE 300ML.					
31	KIT PARA GLICOSE	24.0	Kit	126,09	3.026,16
KIT PARA GLICOSE - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE GLICOSE, FRASCO DE 500ML.					
32	KIT PARA PROTEÍNA C REATIVA (PCR)	12.0	Kit	102,86	1.234,32
KIT PARA PROTEÍNA C REATIVA (PCR) - AGLUTINAÇÃO PELO LÁTEX FRASCO 3,0 ML.					
33	KIT PARA TGO LIQUIFORM	36.0	Kit	174,94	6.297,84
KIT PARA TGO LIQUIFORM - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE TGO FRASCO 100ML.					
34	KIT PARA TGP LIQUIFORM	36.0	Kit	109,30	3.934,80
KIT PARA TGP LIQUIFORM - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE TGP FRASCO 100ML.					
35	KIT PARA TRIGLICERÍDEOS	36.0	Kit	216,48	7.793,28
KIT PARA TRIGLICERÍDEOS - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS FRASCO 200ML.					
36	KIT PARA URÉIA CE	15.0	Kit	138,05	2.070,75
KIT PARA URÉIA CE - SOLUÇÃO COLORIMÉTRICA LIQUIFORM PRONTA PARA USO, NA DOSAGEM DE UREIA FRASCO 150ML.					
37	LÂMINA PARA MICROSCÓPIO LISA	30.0	Caixa	15,78	473,40
LÂMINA DE VIDRO LISA, CAIXA COM 50 UNIDADES					
38	LAMÍNULA	20.0	Caixa	14,71	294,20
LAMÍNULA 22MM X 22MM DE VIDRO CX C/100 UNIDADES.					
39	MICROPIPETA MONOCANAL	2.0	Unidade	260,44	520,88
MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME FIXO, COM DISPENSADOR 10 MICROLITROS (DO TIPO KACIL OU SIMILAR).					
40	MICROPIPETA MONOCANAL	1.0	Unidade	190,87	190,87
MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME FIXO, COM DISPENSADOR 20 MICROLITROS (DO TIPO KACIL OU SIMILAR).					



41	MICROPIPETA MONOCANAL	1.0	Unidade	175,96	175,96
MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME FIXO, COM DISPENSADOR 50 MICROLITROS (DO TIPO KACIL OU SIMILAR).					
42	MICROPIPETA MONOCANAL	3.0	Unidade	180,05	540,15
MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME FIXO, COM DISPENSADOR 100 MICROLITROS (DO TIPO KACIL OU SIMILAR).					
43	MICROPIPETA MONOCANAL	1.0	Unidade	187,27	187,27
MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME FIXO, COM DISPENSADOR 300 MICROLITROS (DO TIPO KACIL OU SIMILAR).					
44	ANALISADOR DE HEMOGLOBINA GLICADA	1.0	Unidade	2.665,99	2.665,99
O equipamento atualmente em uso pelo laboratório é o NycoCard Reader II, da Abbott, o que demanda a aquisição de insumos compatíveis com este modelo.					
45	ÓLEO MINERAL 100%	5.0	Frasco	20,21	101,05
ÓLEO MINERAL 100% (FRASCO COM 100ML).					
46	PADRÃO DE BILIRRUBINA	5.0	Kit	173,92	869,60
PADRÃO DE BILIRRUBINA.					
47	PAPEL DE FILTRO	10.0	Pacote	7,16	71,60
PAPEL DE FILTRO 90MMX90MM (PACOTE COM 100 UNIDADES).					
48	PIPETADOR DE TRÊS VIAS	5.0	Unidade	67,36	336,80
PIPETADOR DE TRÊS VIAS (PERA) DE BORRACHA PARA ASPIRAÇÃO EM PIPETAS DE VIDRO.					
49	PIPETA	20.0	Unidade	49,38	987,60
PIPETA DE VIDRO DE 5ML.					
50	PIPETA	20.0	Unidade	54,68	1.093,60
PIPETA DE VIDRO DE 10ML.					
51	PIPETA	10.0	Unidade	12,89	128,90
PIPETA DE VIDRO PARA HEMOSSSEDIMENTAÇÃO.					
52	PIPETA	24.0	Pacote	65,59	1.574,16
PIPETA PLÁSTICA EM POLIESTIRENO DESCARTÁVEL PARA VHS (PACOTE COM 25 UNIDADES).					
53	PONTEIRA PARA MICROPIPETA	36.0	Pacote	25,01	900,36
PONTEIRA PARA MICROPIPETA PLÁSTICA 0,01uL A 0,2uL (AMARELA) - PACOTE COM 1000 UNIDADES.					
54	PONTEIRA PARA MICROPIPETA	2.0	Pacote	63,07	126,14
PONTEIRA PARA MICROPIPETA PLÁSTICA 0,2uL A 1000uL (AZUL) - PACOTE COM 1000 UNIDADES.					
55	RELÓGIO DIGITAL DE LABORATÓRIO	5.0	Unidade	111,28	556,40
RELÓGIO DIGITAL MARCADOR DE TEMPO PARA USO EM BANCADA DE LABORATÓRIO.					
56	SORO ANTI -A	6.0	Frasco	50,32	301,92
SORO ANTI -A COM 10 ML					



57	SORO ANTI-AB	6.0	Frasco	112,58	675,48
SORO ANTI-AB COM 10ML					
58	SORO ANTI-B	6.0	Frasco	108,22	649,32
SORO ANTI-B COM 10ML					
59	SORO ANTI-D	6.0	Frasco	131,06	786,36
SORO ANTI-D COM 10ML					
60	SUPORTE PARA TUBOS WESTERGREEN	2.0	Unidade	196,37	392,74
SUPORTE DE ACRÍLICO PARA TUBOS WESTERGREEN (VHS) A VÁCUO					
61	TESTE RÁPIDO PARA DENGUE	5.0	Kit	526,50	2.632,50
TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DENGUE NS1 IGG E IGM					
62	TUBO PARA CENTRÍFUGA	120.0	Unidade	12,74	1.528,80
TUBO PARA CENTRÍFUGA DE VIDRO FUNDO CÔNICO GRADUADO 12mL					
63	TUBO A VÁCUO PARA COLETA DE SANGUE	50.0	Pacote	86,86	4.343,00
TUBO A VÁCUO PARA COLETA DE SANGUE COM EDTA TAMPA ROXA DE 4ML COM 100 UNIDADES.					
64	TUBO A VÁCUO COM FLUORETO PARA COLETA DE SANGUE	50.0	Pacote	74,00	3.700,00
TUBO A VÁCUO COM FLUORETO PARA COLETA DE SANGUE TAMPA CINZA DE 4ML COM 100 UNIDADES.					
65	TUBO A VÁCUO EM GEL PARA COLETA DE SANGUE	50.0	Pacote	100,80	5.040,00
TUBO A VÁCUO EM GEL PARA COLETA DE SANGUE TAMPA VERMELHA DE 4ML COM 100 UNIDADES.					
66	TUBO DE ENSAIO	500.0	Unidade	1,20	600,00
TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 5mL (12 X 75mm)					
67	FITAS TESTE PARA CLORO TOTAL	1.0	Frasco	243,70	243,70
O equipamento disponível na unidade para análise de cloro é o Medidor de Cloro Multiparâmetro Micro 7 Plus (fabricado pela Akso). Trata-se de um sistema fechado, que exige reagentes específicos e compatíveis exclusivamente com este modelo. Dessa forma, não há possibilidade de utilização de reagentes de outros fabricantes ou marcas, visto que o equipamento não reconhece nem opera com insumos genéricos. Portanto, a aquisição do reagente em pó para cloro total em tiras de papel, frasco com 100 unidades, deve ser restrita a este insumo exclusivo, a fim de garantir a continuidade e confiabilidade das análises realizadas.					
68	FITAS TESTE PARA CLORO LIVRE	1.0	Frasco	223,15	223,15
O equipamento disponível na unidade para análise de cloro livre é o Medidor de Cloro Multiparâmetro Micro 7 Plus (fabricado pela Akso). Trata-se de um sistema fechado, que exige reagentes específicos e compatíveis exclusivamente com este modelo. Dessa forma, não há possibilidade de utilização de reagentes de outros fabricantes ou marcas, visto que o equipamento não reconhece nem opera com insumos genéricos. Portanto, a aquisição do reagente em pó para cloro livre em tiras de papel, frasco com 100 unidades, deve ser restrita a este insumo exclusivo, a fim de garantir a continuidade e confiabilidade das análises realizadas.					
69	FITAS TESTE PARA PH	1.0	Frasco	181,79	181,79
O equipamento disponível na unidade para análise de pH d'água é o Medidor de Cloro Multiparâmetro Micro 7 Plus (fabricado pela Akso). Trata-se de um sistema fechado, que exige reagentes específicos e compatíveis exclusivamente com este modelo. Dessa forma, não há possibilidade de utilização de reagentes de outros fabricantes ou marcas, visto que o equipamento não reconhece nem opera com insumos genéricos. Portanto, a aquisição do reagente em pó para pH em tiras de papel, frasco com 100 unidades, deve ser restrita a este insumo exclusivo, a fim de garantir a continuidade e confiabilidade das análises realizadas.					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.



PREFEITURA
**São João
do Jaguaribe**



1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 97.691,30 (noventa e sete mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante , em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: --.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte



PREFEITURA
**São João
do Jaguaribe**



responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de



serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se



o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



PREFEITURA
**São João
do Jaguaribe**



8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



PREFEITURA
**São João
do Jaguaribe**



8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor .

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0401.10.301.1002.2.015 - Gerenciamento das Acoes e Serv. Publicos de Saude-Custeio/At. Primaria (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903035 - Material de Consumo44905208 - Equipamentos e Material Permanente33903035 - Material de Consumo; .

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São João do Jaguaribe/CE, 08 de outubro de 2025